



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

CAE/CE (35ª Reunião Conjunta)

SF - 1

29/11/2012

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Eu quero dar uma boa-tarde a todos.

Declaro aberta a 58ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos em conjunto com a 57ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Esta é uma audiência pública, que tem como objetivo instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

Esta audiência pública é resultado dos requerimentos do Senador José Pimentel, do Senador Inácio Arruda, da Senadora Ana Amélia, do Senador Randolfe Rodrigues, entre outros.

Este Projeto de Lei, como é do conhecimento de todos nós, é uma iniciativa da Presidência da República. A matéria iniciou-se na Câmara dos Deputados e encontra-se aqui no Senado.

Nesses requerimentos foram convidadas e aprovadas, no convite, as seguintes pessoas: Srª Maria Nilene Badeca da Costa, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); Srª Célia Maria Vilela Tavares, Presidente – Região Sudeste – da União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime); Sr. Carlos Edilson de Almeida Maneschy, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; Sr. Arnaldo Augusto Ciquielo, Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo; Srª Mariza Abreu, Consultora em Educação da Confederação Nacional dos Municípios; Sr. Daniel Iliescu, Presidente da União Nacional dos Estudantes; Srª Manuela Braga, Presidenta da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; Srª Helena Bonciani Nader, Presidenta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; Sr. Daniel Cara, Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Portanto, eu convido a Srª Célia Maria Vilela Tavares para vir para a Mesa, para o nosso lado. Convido também o Sr. Arnaldo Augusto Ciquielo para estar conosco aqui na Mesa. Convido também o Sr. Daniel Iliescu para estar conosco aqui na Mesa. Convido também o Sr. Daniel Cara para estar conosco aqui na nossa Mesa. Nem todos possuem plaquinha, mas nós nos acomodamos aqui.

Os demais membros, na proporção em que forem chegando, serão convidados também para vir para a Mesa.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições por 10 minutos. Como nós estamos aqui numa quinta-feira, na parte da tarde, e as demandas são menores, haverá uma tolerância um pouco maior para ouvi-los. Portanto, os 10 minutos ficam como referência, e vamos administrando. Em seguida, abriremos a fase de interpelação para as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores inscritos. Nos 10 minutos, se alguém quiser também fazer a apresentação utilizando Data Show, não há nenhuma dificuldade.



Portanto, eu concedo a palavra à Srª Célia Maria Vilela Tavares, para a sua exposição.

A SRª CÉLIA MARIA VILELA TAVARES – Boa tarde.

Quero cumprimentar o Senador José Pimentel, os colegas aqui da Mesa e todos que estão aqui hoje.

Nós, da Undime, fizemos aqui a opção de, nesta apresentação, mostrar a trajetória histórica e a situação atual do PNE.

A mobilização. Nós tivemos o Pré-Plano Nacional de Educação através das Conferências Municipais de Educação, a participação nas Conferências Estaduais e na Conferência Nacional de Educação, com a produção de emendas ao texto do Documento Referência. Foram muitos, mas muitos encontros e muitas pessoas dos diferentes Municípios e dos Estados brasileiros que se fizeram presentes nesse momento do Pré-PNE.

Em 8 de dezembro de 2010, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, cujo comitê direutivo a Undime integra desde 2001, solicita, então, que o Governo Federal envie ao Congresso Nacional o novo texto do Plano antes do término do ano de 2010. Até mesmo porque o Plano Nacional anterior estava finalizando e nós não tínhamos ainda um Novo Plano Nacional de Educação.

E aí, então, em 15 de dezembro de 2010, o Governo encaminhou o Projeto de Lei 8.035 ao Congresso Nacional. Em fevereiro de 2011, a campanha apresenta as primeiras 75 emendas à Deputada Fátima Bezerra, então Presidenta da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. E no mês de abril foi iniciado o calendário de audiências públicas, que contou com intensa participação dos dirigentes municipais de educação, principalmente nas que trataram sobre qualidade da educação, financiamento da educação e educação especial. Em todas as audiências foram entregues aos Parlamentares as emendas da campanha, e, no mês de maio, elas atingiram o número final de 117 emendas.

A Undime seguiu os seguintes princípios em suas intervenções:

- Análise das metas e estratégias, com base nas deliberações da Conae. Isso foi o princípio que nós salvaguardamos o tempo inteiro. A Conferência Nacional de Educação é a base com a qual nós trabalhamos para defender as nossas propostas.

- A construção coletiva de emendas no âmbito da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Como já disse, a Undime integra desde 2001.

- E ações de advocacy junto ao Congresso Nacional de forma articulada com as ações da campanha.

Os objetivos da nossa grande mobilização:

- Fortalecer e corrigir eventuais limitações do projeto de lei;
- Criar ferramentas efetivas para a viabilização de novos recursos financeiros necessários para a implementação do Plano Nacional de Educação;
- Tornar as políticas educacionais mais participativas.



As críticas ao projeto de lei, o projeto de lei que o Governo enviou. Nós apontamos estas críticas:

- Limitações de financiamento que inviabilizam o cumprimento das metas;
- Ausência de metas intermediárias que permitiriam um monitoramento mais eficaz do plano;
- Necessidade de pactuar as responsabilidades entre os entes federados;
- Ausência de diagnósticos e projeções.

E diante disso, tomamos as pesquisas do IBGE, os censos oficiais, os estudos do Inep, do Ipea e as deliberações da Conferência como base para as nossas emendas. E deu-se início, então, ao grande movimento “PNE pra Valer”, organizado pela campanha e seguindo os moldes da experiência vitoriosa do “Fundeb pra Valer”, que todos se lembram aqui, não contemplava creche. E foi com esse movimento do “Fundeb pra Valer” que as creches foram incluídas.

O portal www.pnepravaler.org.br reúne todas as notícias e documentos sobre a tramitação do PNE. Ainda nesse movimento “PNE pra Valer”, as notícias do PNE também podem ser acompanhadas pelas redes sociais. Nós estamos o tempo inteiro nos movimentando pelas redes sociais para fazer valer as propostas que defendemos.

Criamos um banco de dados das 2.915 emendas. A Undime foi pioneira. Foi a primeira entidade que criou e organizou um banco de dados para fazer a discussão do Plano Nacional de Educação, um trabalho árduo da nossa equipe, comandando pela Vivian.

Os objetivos:

- Tornar acessível o conteúdo das emendas de uma maneira simplificada. Foram não só os vários órgãos de pesquisa da educação como também o próprio Governo que fizeram uso do nosso banco de dados dada a forma como conseguimos organizá-lo.

- Possibilitar pesquisa por Deputado. Qual Deputado apresentou qual emenda? Lá nós encontrávamos e encontramos o tipo de emenda, se era aditiva, aglutinativa, modificativa, substitutiva, supressiva, global, os artigos do PLE, as metas e as estratégias.

Dos 513 Parlamentares da Câmara dos Deputados, 87 apresentaram emendas. Aí nós temos os da Comissão Especial – 33 apresentaram emendas, de 52 membros; da Comissão de Educação, 34, dos 61 membros, apresentaram emendas, lembrando que 26 Parlamentares integravam tanto a Comissão de Educação quanto a Especial.

As emendas elaboradas pela Campanha pelo Direito à Educação – 117 Propostas de Emendas: 18 aos artigos da lei; 99 às emendas e estratégias. Todas as 18 propostas de emendas elaboradas pela campanha aos artigos da lei foram apoiadas por parlamentares. Elas apareceram 165 vezes. Todas as 99



propostas de emendas elaboradas às metas e estratégias foram apoiadas por parlamentares. Elas apareceram 710 vezes.

Desde 2010, foram vários os seminários, as audiências públicas, os fóruns e as conferências, com a presença de pessoas interessadas no assunto – Deputados, especialistas e militantes da causa.

Em 2011, a Undime promoveu o XIII Fórum Nacional, que teve como tema principal o Plano Nacional de Educação, e também o seu IV Fórum Nacional Extraordinário, que também debateu o tema. Lembrando que a Undime congrega os mais de 5.500 Municípios brasileiros. Portanto, a nossa capacidade de articulação é grande.

Ainda em 2011, a Undime realizou o Círculo de Seminários Regionais, intitulado “A Educação Municipal na Construção do PNE para Apresentar e Debater o Banco de Dados das Emendas do Plano Nacional”. Fizemos seis seminários: dois, na Região Nordeste – Aracaju e Fortaleza; e outros quatro, nas demais regiões – fizemos em Goiânia, no Centro-Oeste; no Sudeste, fizemos em Vila Velha, no Espírito Santo; no Norte, fizemos na cidade de Palmas; e no Sul, fizemos em Florianópolis.

Em 2012, no V Fórum Nacional Extraordinário, a tramitação do PNE foi novamente debatida no nosso encontro.

Em agosto de 2011, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação publica nota técnica, porque 7% do PIB para a educação é pouco. Vocês têm em suas mesas essa nota.

Cálculos dos investimentos adicionais necessários para o novo PNE garantir um padrão mínimo de qualidade. Durante o prazo para a apresentação de emendas ao substitutivo, entre 06 a 14 de dezembro de 2011, a campanha Undime apresentou 37 emendas.

De janeiro a março de 2012, o Relator construiu novo texto ao relatório, e a Comissão Especial do PNE promoveu uma reunião técnica sobre o financiamento da educação no dia 20 de março. No dia 24 de abril, o Deputado Ângelo Vanhoni, Relator na Comissão Especial, apresentou sua versão final do relatório aos Deputados da Comissão Especial.

Um ponto de destaque diz respeito à mobilização que a Undime à Meta nº 05, que trata da alfabetização. O primeiro relatório do substitutivo determinava que todas as crianças deveriam ser alfabetizadas até o 2º ano do ensino fundamental. A mudança foi feita, levando-se em consideração as propostas de emendas apresentadas ao projeto de lei.

A nossa defesa foi a favor do ciclo de alfabetização. A Undime, então, intensificou as conversas com os parlamentares da Comissão Especial, fez a articulação com o Conselho Nacional de Educação e demais entidades, defendendo o novo texto, a Meta nº 05.

Apesar do MEC não ter assinado a Carta, o assunto foi discutido com o Secretário de Educação Básica, Cesar Callegari, que concordou com a



proposta e apresentou ao Ministro a defesa do ciclo de alfabetização. Depois de toda essa articulação, o relator concordou com o conceito defendido na nossa carta aberta e propôs a alfabetização de todas as crianças até o fim do 3º ano do ensino fundamental – “até o fim”, isso não significa que não possa ser alfabetizado aos 6, aos 7 ou aos 8 anos, mas garantir um ciclo a todas as crianças.

Apesar de o tema ainda ter sido debatido no processo de votação do relatório, o texto do substitutivo foi aprovado pelos Deputados, conforme a carta que havíamos apresentado.

No dia 26 de junho, a Comissão Especial aprovou o relatório substitutivo do PNE. Naquele dia, durante a sessão de votação, oito destaques foram apresentados ao relatório do Deputado, sugerindo aumentar a meta de investimento na educação, até então a grande maior polêmica do texto.

No texto aprovado, o Governo se compromete a investir pelo menos 7% do PIB nos primeiros cinco anos de vigência, e 10% ao final dos 10 anos.

Após a aprovação do PL nº 8.035, na Comissão Especial, o Líder do Governo, Deputado Arlindo Chinaglia, apresentou recurso à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, solicitando o debate do PL no plenário. Ficamos bastante frustrados, porque imaginávamos que a nossa luta, na Câmara, havia findado. No entanto, isso não havia acontecido.

A Undime e a Campanha, em parceira com outras entidades, desencadearam, então, um processo de mobilização social contra o recurso apresentado, porque ele significava retardar a aprovação do PNE. Foram divulgados os nomes dos 80 Deputados que apoiaram o recurso e foi criada a petição on-line contra o Recurso nº162/2012, em defesa da educação pública e por um “PNE pra Valer”, e 6.572 pessoas assinaram em 15 dias. A partir do sucesso dessa mobilização, dessa articulação, grande parte dos Deputados foi convencida a retirar as assinaturas, o recurso foi derrubado, e o PL seguiu para esta Casa, para o Senado.

Por fim, é importante dizer que, ao longo de todo processo de tramitação do Plano Nacional de Educação na Câmara, a Undime e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação manifestaram, por meio de cálculos, notas públicas e posicionamentos, a necessidade de que, para se cumprirem todas as metas e estratégias propostas no Plano Nacional de Educação, o projeto deve ser sancionado com 10% do PIB para a educação. Entre notas, estudos, posicionamentos e moções, foram mais de 20 textos apresentados, todos disponíveis no portal da Undime – cujo endereço está disponível para quem quiser acessar – e também do Movimento PNE pra Valer!.

Os 10% do PIB continua sendo a nossa grande bandeira, casada com a discussão sobre a destinação de 100% dos *royalties* do petróleo, que é a fonte que já se apresenta como garantia do cumprimento dos 10%. Para o PNE garantir, de fato, acesso, permanência com aprendizagem e qualidade são necessários 10% do PIB para a educação pública.



Quero terminar dizendo, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Senadores, que nós, da Undime, temos argumentos, temos mobilização e acreditamos na capacidade de os senhores de, verdadeiramente, colocarem a educação como prioridade neste País.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Sr. Arnaldo Augusto Ciquielo, Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

O SR. ARNALDO AUGUSTO CIQUIELO – Muito boa tarde a todos.

Agradeço o convite feito pelo senhor, Senador, para estar aqui. Agradeço também a participação com os nossos colegas debatedores da Mesa, a assistência, os demais Senadores e a população que aqui está.

Primeiro, é com muito prazer que estou aqui falando com vocês, reforçando esse conceito, por termos a oportunidade de defender processos que garantam que o nosso País tenha educação ampliada, estendida, e também de fazer a defesa de níveis de qualidades e procedimentos para que a gente, da melhor forma possível, atenda à sociedade.

Eu represento uma instituição e acho que cabe a explicação dessa instituição, para que os senhores entendam a minha argumentação e a minha preocupação.

Os Institutos Federais são entidades educacionais criadas há muito pouco tempo. Nascemos no final do ano de 2008, numa transformação das antigas escolas técnicas, agrotécnicas, CEFETs. Essa nova instituição, o Instituto Federal, foi criada com uma missão interessante, porque pouquíssimos são os exemplos de instituições que contemplam de forma tão ampla o desenvolvimento da educação, particularmente da educação profissional, dentro da sua ação.

Nós trabalhamos com todo o eixo da educação profissional, desde a formação inicial e continuada, onde temos a possibilidade de levar educação a pessoas, independentemente da sua idade, da sua formação ou dos seus pré-requisitos, iniciando-as nos primeiros momentos da atividade profissional. Depois, como técnico de nível médio, nas suas diversas modalidades hoje contempladas pela legislação – o Técnico Integrado, Pós-médio, Concomitante, Proeja.

Nós temos oportunidade de atender gamas diversificadas de representantes da sociedade, ou seja, os nossos alunos são oriundos de camadas sociais extremamente diferenciadas, desde os menos favorecidos nas questões socioeconômicas, até aqueles mais suportados, aqueles mais bem constituídos, aqueles alunos que vêm de diversas origens, passando pelas escolas públicas, aqueles que já perderam o seu tempo de escolaridade e aqueles que vêm de escolas particulares de excelente desempenho. E, depois, nos superiores, com os cursos de tecnologia, as licenciaturas, as engenharias e os programas de pós-graduação.



As instituições como a nossa, por trabalharem toda essa gama, têm um aspecto muito grande no recebimento de pessoas da sociedade, do trabalho e do processo educacional. E, dentro dessa linha, nós vemos com muito interesse a preocupação, hoje, da sociedade com o desenvolvimento da educação. E reforço particularmente com a educação profissional, porque as instituições como a nossa acreditam que o processo educacional não só desenvolve condições extremamente satisfatórias para o desenvolvimento social de uma nação, mas também serve como alavanca no desenvolvimento econômico dessa nação frente aos mercados cada vez mais competitivos.

Dessa forma, por normalmente trabalharmos com processos educacionais que não são simples, dentro das nossas peculiaridades, e não são baratos, dentro da necessidade que nós temos, e que extrapolam o conhecimento do indivíduo, ou seja, o conhecimento dos agentes portadores do processo educacional, focados quer seja nas ações administrativas, quer seja nas ações pedagógicas e no processo de ensino propriamente dito, necessitamos de uma quantidade muito grande de recursos para equipar os nossos laboratórios com equipamentos que não só permitam o desenvolvimento dessas ações, como também, no âmbito das nossas instituições, fomentem a pesquisa, a inovação e a extensão. Então, eu diria que são instituições extremamente complexas dentro do processo educacional que nós temos no Brasil.

E, nessa discussão que nós estamos vivendo – bem abordada pela Célia –, de como nós estamos criando condições para olhar o processo educacional no futuro, nós temos algumas ações que realmente nos preocupam e que de uma forma ou outra estão materializadas dentro do plano. É claro, Senador, que nem todas as ações contemplam todos aqueles que argumentam a favor dessas condições.

Mas, ainda voltando à nossa instituição, com mais uma particularidade que eu acho que é interessante, por lei, 50% das nossas vagas precisam ser garantidas aos cursos técnicos, 20% para as licenciaturas – e é um ponto a que eu voltarei em breve – e os demais para todas aquelas ações que nós pudermos falar.

No Plano Nacional, nós temos não só a destinação dos recursos, que é claro que nós defendemos, porque quanto maior a quantidade de recurso que o Governo puder disponibilizar para a sociedade, maior o aumento significativo da nossa chance de sucesso. Queiramos nós que hoje, ao brigarmos por 10%, talvez possamos brigar no futuro por mais que 10%, para que possamos competir com igualdade com os países mais desenvolvimentos socioecononomicamente.

Na questão dos professores, visto que nós somos uma escola que também se preocupa e tem a missão de formar professores, embora a proposta conte com condições favoráveis sobre o ponto de vista financeiro, condições favoráveis sobre o ponto de vista de formação desses profissionais e condições



favoráveis sobre o ponto de vista de capacitação, eu gostaria de chamar a atenção de vocês para uma situação que nós vivemos hoje e é um desafio bom, é um problema bom, mas que tem um viés cruel. Nós somos uma escola que tem a missão de formar professores, e os nossos professores são aqueles que, com certeza, nos próximos anos, estarão tentando dar vida àquilo que está no projeto de lei: promover os processos para iniciarem a alfabetização dos nossos futuros cidadãos, que estarão participando do processo para melhorar o desempenho nas escolas de ensino médio e, também, nas instituições como a nossa, que contemplam o ensino superior.

Noto, Senador, que quando nós fazemos... Não me lembro se a meta é 18 ou 19, talvez o local dela não seja tão importante, mas a ação de nós termos escolas que se preocupem com a regionalidade, escolas que se preocupem em desenvolver as suas ações focadas nessas necessidades.

É uma característica das nossas instituições, por nossos *campi* serem focados na regionalidade, na mesorregião em que estão inseridos, nós fazermos uma audiência pública para consolidar, ou direcionar, ou atualizar os levantamentos que fizemos, para entender o que melhora uma instituição como a nossa, o que aquele *campus* pode fazer para contribuir com a sociedade.

Ao fazermos essa avaliação, nós levamos em conta as condições socioeconômicas daquele Município e do seu entorno, levamos em conta os processos educacionais que ali são dirigidos, as demais instituições de ensino, e as questões municipais, normalmente relacionadas ao que um Município é hoje, e os Municípios, e para onde eles se direcionam, para que a gente possa, da melhor forma, entender como nós podemos fazer um trabalho com melhor resultado.

Nessas audiências, normalmente, nós temos representantes da sociedade, os poderes municipais são convidados e participam, os poderes constituídos de sindicatos, tanto patronais, quanto sindicatos de empresas, demais lideranças da sociedade e a população, de uma forma geral, com representantes de vários níveis sociais.

Quando nós fazemos a apresentação da instituição, abrimos as possibilidades do que poderemos trabalhar e começamos a dialogar com essa plateia, sempre há um direcionamento da plateia para aquelas ações que estão mais em moda. Então: "Olha, precisamos de engenheiros, precisamos de técnicos nessa área, precisamos disso ou daquilo." Mas, mesmo depois de ter falado que uma das missões da nossa instituição é a formação de professores, é muito raro alguém se manifestar, defendendo que aquela escola, a nossa em questão, instale, ali, um curso de licenciatura. Algumas vezes, eu desafio, inclusive, a plateia: "Quantos dos que estão presentes gostariam que seus filhos ou as pessoas da sua família viessem fazer um curso de formação de professores conosco?"

Muitas vezes, em plateias de 100, 200, 300, 400 pessoas, Senador, ninguém se interessa por essa carreira.



Então, talvez, todo nosso esforço de ter um programa de desenvolvimento da educação passe por um gargalo extremamente complicado: a sociedade não se interessar por formar professores. Isso poderá comprometer, por mais brilhante que seja, todo o nosso plano neste momento.

Então, eu chamo a atenção dos Srs. Senadores e dos demais que esse é um ponto a ser considerado. Se não trabalharmos para mostrar a importância do que é ser um professor, do que é ser um educador para a nossa sociedade, nós teremos situações como a de hoje: pessoas que não se interessam. Quando nós abrimos concursos públicos, também não se manifestam disputando as vagas, e, eventualmente, quando disputam, perdem o seu interesse nas nossas instituições, principalmente quando trazemos a questão dos professores da área técnica, por estarmos num momento muito competitivo.

Então, eu gostaria que o senhor considerasse, dentro das futuras possibilidades, o desafio de fazermos com que a sociedade comprehenda que o plano depende de termos os profissionais para poder realizá-lo.

Dentro, também, dessa linha, uma grande preocupação eu tenho, e isso também está previsto, que é a formação de gestores para poderem, da melhor forma possível, dirigir as nossas instituições.

Nisso, com certeza, nós devemos levar em conta não só a origem dos nossos futuros gestores, mas também as suas competências técnicas.

Também gostaria de chamar a atenção para todo o processo – e estamos discutindo um grande processo educacional –, pois estamos acreditando, neste momento, que ele poderá criar o Brasil dos próximos anos, ou seja, o Brasil que vamos entregar para os nossos filhos, os nossos netos e os demais jovens que estiverem por cá chegando, que o processo precisa ter recursos – e nós estamos brigando por ele –, mas precisamos garantir os resultados.

Então, precisamos ter condições claras e eficientes de garantir que os nossos esforços, baseados nos recursos financeiros e físicos, que todas as pessoas envolvidas – os nossos alunos, os nossos professores e todos os demais que compõem esse processo – garantam que o resultado valha a pena para a geração que está por vir.

Por último, também embora previsto, gostaria de chamar a atenção para a importância de termos, no desenvolvimento dos conselhos sociais, que permitam, da melhor forma, avaliar o desempenho das nossas instituições, uma grande representação da sociedade, para que as nossas instituições e, principalmente, quando falamos das públicas, não sejam reféns dos próprios professores administrativos que tenham o poder de trabalhar o processo educacional nas suas instituições.

Dessa forma, eu acredito, Senador, que eu possa ter expressado um pouco das minhas preocupações. Eu faço uma defesa forte a respeito dos recursos. Também faço uma defesa muito forte de que tenhamos como aferir o



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

CAE/CE (35ª Reunião Conjunta)

SF - 10

29/11/2012

resultado da aplicação desses recursos, a bem da sociedade e dos jovens que estão aqui nos assistindo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Quero registrar a presença da Deputada Rachel Marques, do nosso Estado do CE e Presidenta da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Quero convidá-la para fazer parte aqui da nossa Mesa, até porque o equilíbrio de gênero está meio desfavorável.

Portanto, nossa Presidenta, por gentileza, queira estar conosco aqui na Mesa.

Concedo a palavra ao Sr. Daniel Iliescu, Presidente da União Nacional dos Estudantes, a nossa UNE.

O SR. DANIEL ILIESCU – Boa tarde. Em primeiríssimo lugar, boa tarde aos estudantes aqui de Brasília, aos estudantes das escolas e universidades de Brasília presentes. (*Palmas.*) Cumprimento o Senador José Pimentel, que preside a audiência pública, a Célia Maria Vilela Tavares, Presidente da Undime, o Arnaldo Augusto Ciquielo, Reitor do IFSP e o Daniel Cara, meu xará e companheiro de muitas lutas, nesta Casa e na Câmara, pelo PNE. Cumprimento a Deputada que acaba de compor a Mesa também, a Deputada Rachel Marques, a Senadora Ana Amélia, que esteve aqui presente e imagino a equipe de alguns Senadores, de alguns mandatos – vejo, pelo menos, o chefe de gabinete do Senador Inácio Arruda, José Roberto aqui presente, o Senador que tem, entre outras contribuições para a educação, a autoria do Projeto de Lei que destina 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a Educação.

Em primeiro lugar, quero falar da felicidade e do sentimento, Senador José Pimentel, de muito entusiasmo que a juventude brasileira tem aqui, no dia de hoje, ao se iniciar a trajetória de discussão pública do PNE no Senado.

Hoje, pela manhã, esta Casa fez a primeira audiência pública desde que a matéria chegou a Casa, com a presença do Ministro Aloizio Mercadante e, no mesmo dia, realiza essa segunda audiência pública com as entidades do Movimento Social e instituições que representam a gestão local e municipal desses recursos e desse sistema educacional.

Estou muito feliz com essa iniciativa que tem V. Ex^a e o Senador Requião, como relatores do Plano Nacional de Educação aqui no Senado. Com certeza, a partir de hoje, mais um passo é dado, e esperamos, com isso, não só que este debate consiga contemplar as reivindicações do movimento estudantil, da sociedade brasileira, mas que também se comprometa com a tramitação célere, rápida, já que nos encontramos dois anos atrasados em função da previsão inicial, ou seja, de o plano estar vigente de 2011 a 2020. A tramitação na Câmara foi excessivamente longa. O próprio envolvimento do Governo Federal, a formação das suas convicções bem como a sua posição em relação ao PNE foi excessivamente arrastada, na nossa opinião, mas a nossa expectativa é de que o



Senado faça isso com todo zelo, responsabilidade e cuidado que a educação brasileira merece.

Eu falava aqui do Inácio, e chegou aqui o Senador Inácio Arruda. Nossos cumprimentos também.

Quero dizer que os estudantes aqui presentes são de Santa Maria e também do Colégio Elefante Branco. Além desses, há uma turma da UnB. Trata-se da turma da 404 de Santa Maria. O Elefante Branco foi o colégio onde estudou Honestino Guimarães, ex-presidente da UNE, desaparecido político até hoje. Foi presidente da UNE até setembro de 1973, quando desapareceu. Essa é uma das pautas que a UNE apresenta à Comissão Nacional da Verdade. Queremos saber – que o Estado reconheça oficialmente – o que aconteceu com o Honestino. Sempre que um estudante de qualquer escola aqui, de Brasília, em especial do Elefante Branco, participa dessas manifestações, é importante que o nome de Honestino seja proclamado porque ele está aqui entre nós.

Antes de entrar, Senador José Pimentel e demais companheiros, na discussão específica da lei, dos artigos que interessam aos estudantes brasileiros que sejam defendidos na lei do PNE, convém passar um pouco da percepção do momento que o Brasil vive aos olhos da UNE.

Na nossa opinião, o Brasil vive um desafio e oportunidades inéditas na constituição do Brasil como nação. O Brasil completou, neste ano, 190 anos de sua independência formal, lutando para concretizar sua independência real. É um país que, em janeiro deste ano, ultrapassou a Inglaterra, tornando-se a 6ª economia do mundo em termos de PIB, e que caminha inevitavelmente – e, espera-se, cada vez com posições mais ousadas do Governo Federal e do Congresso Nacional, do ponto de vista do nosso projeto desenvolvimento – para superar a França em 2 ou 3 anos. Dessa forma, o Brasil será a 5ª maior economia do Planeta. No entanto, apesar disso nos últimos 10 anos, a UNE faz a constatação de que a educação melhorou no Brasil em termos de programas de acesso, em termos de oportunidades para a juventude brasileira. Ainda assim, depois de uma década virtuosa da educação brasileira, o Brasil ocupa a posição de número 88 no *ranking* que a Unesco faz de indicadores educacionais. Esses indicadores levam em consideração o acesso à universidade e ao ensino técnico, a taxa de analfabetismo, a escolaridade média da população brasileira, que é a segunda menor da América Latina – apenas à frente do Haiti – cerca de 2 anos atrás da dos países do Cone Sul: Argentina, Chile e Uruguai, que é de quase 10 anos, enquanto a nossa é de 7,3 anos de escolaridade média por pessoa. Há ainda a remuneração dos profissionais de educação, tão incompatível com a importância que os professores e demais profissionais de educação têm para o nosso País. Ou seja, os indicadores educacionais são ainda alarmantes.

O índice de acesso à universidade, que acaba de ser corrigido pelo censo do MEC e pelo IBGE, subiu de 14% para 17%. A gente comemora a ampliação de alguma expressão como essa, mas, por outro lado, ela significa que



83% dos jovens brasileiros de 18 a 24 anos não têm a oportunidade que muitos de nós pôde ter, que eu tive, de entrar no ensino superior para produzir conhecimento e, assim, ajudar a desenvolver o Brasil e a melhorar a condição de vida das suas famílias, das suas comunidades. Estamos falando de 83% da juventude brasileira que está fora do ensino superior, com uma taxa de evasão no ensino básico, no ensino médio, de 50%. Então, o desafio educacional, na nossa opinião, quando falamos da luta por um Brasil rico e sem miséria, por um Brasil desenvolvido, justo e democrático, soberano, é o principal desafio a ser enfrentado, é a principal lacuna do nosso projeto de país.

E o Brasil vive uma década promissora. A nossa juventude, que hoje se mobiliza por avanços, enfrenta uma situação diferente de outras gerações, Senador José Pimentel, como a sua geração, que teve que lutar arriscando a própria vida para resistir, para se contrapor a retrocessos como aquele que a ditadura legou ao País.

A nossa geração vive um momento diferente, fruto da luta daqueles que vieram antes de nós e que pavimentaram um caminho de avanços para o Brasil. A nossa geração não tem que arriscar a vida para impedir retrocessos; a nossa geração tem que se mobilizar para envolver cada vez mais a juventude e setores da sociedade civil organizada para conquistar avanço. E o PNE, o Plano Nacional de Educação, é o principal avanço em questão no País, Senador.

Então, a sua responsabilidade como Relator, a responsabilidade desta Casa, dos Senadores e das pessoas que trabalham no apoio aos mandatos, as assessorias técnicas, a Secretaria aqui desta Comissão é uma responsabilidade ímpar frente ao povo brasileiro, no presente e no futuro, porque as decisões que serão tomadas, as metas e diretrizes que serão implementadas para os próximos dez anos dirão respeito não apenas aos próximos dez anos, mas aos próximos cinquenta, cem, cento e noventa, duzentos anos do nosso País, na nossa opinião.

É tempo de tomada de decisões estratégicas. A nossa geração, a juventude dos anos 10, está diante de ver o seu Congresso Nacional tomar decisões cujos acertos e erros valem mais do que dez anos. É uma década em que o mundo vive uma crise capitalista; em que o sistema capitalista, o neoliberalismo, essa hipertrofia do mercado financeiro, a adoção de políticas que privilegiam o arrocho fiscal e não o desenvolvimento, o investimento no setor público, na educação, na juventude, na nossa gente, está em xeque hoje nas principais economias do mundo. E isso dá oportunidades ao Brasil de exercer um contrapeso e de conseguirmos exercer a nossa pretensão de ser uma nova mensagem ao mundo, de ser outro modelo de inclusão social, de avanço democrático no mundo, podendo exercer, ao lado de países como China, Índia, África do Sul, México, Argentina, um contexto de um mundo multipolar, outro paradigma para o mundo, o paradigma do investimento concentrado e decidido em educação.



Essa decisão está ao alcance das nossas mãos. A decisão de implementar os 10% do PIB para a educação e de adotar como estratégias concretas, como caminhos para esse desafio dos 10% do PIB, a adoção de, no mínimo, 50% dos rendimentos do Fundo Social do Pré-sal, como defende o projeto de lei do Senador Inácio Arruda, que hoje se encontra nesta mesma Comissão, na CAE, sob a relatoria do Senador Valadares, de Sergipe. Aliás, o Líder do Governo, Senador Eduardo Braga, do Amazonas, pediu vistas desse projeto, e a gente já se manifestou perante ele e se manifesta formalmente perante esta Comissão no sentido de que o Líder do Governo devolva à tramitação o projeto, para que a gente possa, assim, fazer valer a reivindicação dos estudantes brasileiros, da sociedade civil organizada, bem como a opinião emanada pela própria Presidenta Dilma Rousseff, a sua convicção de destinar os 50% do Fundo Social do Pré-sal e a totalidade dos recursos dos *royalties* e participações especiais da União, dos Estados e dos Municípios para a educação brasileira.

Também não temos dúvidas de que as outras 19 metas, exaustivamente dialogadas e pactuadas, muitas delas – a imensa maioria – aprovadas por unanimidade na Comissão Especial da Câmara, que reuniu 27 parlamentares dos principais partidos brasileiros, serão alvo de debate nessas três comissões aqui do Senado. E essas 19 metas sobre a elevação da qualidade da educação no Brasil vão desde a erradicação do analfabetismo até a soberania científica e tecnológica no País, que vão desde a incorporação da extensão como um valor fundamental a ser exercido pelas universidades brasileiras até a regulamentação do ensino superior privado. Aliás, talvez seja esta uma das faltas do debate na Câmara, um dos pontos em que não houve convicção e coragem para fazer avançar no PNE, um dos poucos pontos dignos de duras críticas a esse PNE. A regulação do ensino privado é uma peça que, na nossa opinião, produz muitos avanços, entre as 62 emendas que a UNE, a UBES e a ANPG, que representam o movimento universitário, secundarista e de pós-graduandos, implementaram – e boa parte delas foi aproveitada.

O PNE, tal como aprovado na Câmara, já é uma peça importante de avanço, mas o Senado, sem dúvida alguma, de maneira célere, tem a oportunidade de aprimorá-lo e de torná-lo uma peça ainda mais completa.

Agora, todas essas metas, como a adoção do Custo Aluno Qualidade (CAQ) – e com certeza o Daniel Cara vai falar um pouco mais sobre isso –, bem como tantas e tantas outras metas e objetivos para a educação... Se, na meta 20, os Senadores e Deputados não forem tão ousados quanto foram no debate das outras 19 metas, é impossível que as 19 metas anteriores se viabilizem. Portanto, há um debate muito rico que não deve ser subestimado, porque discutir a qualidade da educação brasileira não é discutir apenas o financiamento – nós temos certeza disso. Porém, esse debate desprovido dos 100% dos *royalties*, dos 50% do Fundo Social do Pré-Sal, da ambição de 10% do



PIB e de novas políticas de financiamento que o Senado ainda tem oportunidade de agregar à meta 20 seria inócuo. Seria, como disse o ministro aqui de manhã, nesta Comissão, como um Protocolo de Kyoto: todo mundo assina e concorda, mas ninguém consegue implementar.

Então, a gente pede muita sensibilidade e responsabilidade desta Casa ao tratar o debate sobre o financiamento da educação. Todos aqui sabem que estamos numa semana especial para esse debate, já que a Presidenta Dilma tem, por lei, até amanhã, até sexta-feira, dia 30 de novembro, para se posicionar sobre o PL 2.565, que saiu do Senado e foi à Câmara e que trata da distribuição dos *royalties* para a educação.

Para além da legítima discussão sobre a distribuição geográfica dos *royalties* e sobre o tempo em que vale essa distribuição, se para os contratos futuros ou se para os vigentes, a grande preocupação da educação brasileira, do movimento estudantil brasileiro, da UNE é a destinação desses *royalties* para a educação. Além de a Presidenta amanhã ter a bola nos pés e o gol sem goleiro à sua frente, a sociedade e o Parlamento se incumbiram de carregar a bola até a pequena área, e a gente espera o gesto da Presidenta, que o movimento estudantil reconhece teve um protagonismo e uma coragem muito decisiva para pautar a opinião pública, a imprensa, o País da destinação dos *royalties* para a educação, fazendo com que a nossa bandeira do movimento educacional fosse assumida por ela, a Presidenta da República. E a gente espera que ela mantenha essa coerência, essa convicção e essa coragem e, amanhã, regulamente a Lei 2.565, constando os 100% dos *royalties* da União e os 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação.

Agora, quanto aos *royalties* dos Estados e Municípios, a UNE e o movimento educacional estão em conversação com algumas figuras importantes da política brasileira, como o recém-eleito Prefeito Fernando Haddad, de São Paulo, como o Governador Eduardo Campos, de Pernambuco, para que mais e mais governantes tomem a mesma atitude do Prefeito recém-eleito Edivaldo Holanda Júnior, de São Luís: ele já assinou, ele é o primeiro prefeito do Brasil a se comprometer em investir os seus *royalties* na educação. E vamos, no próximo ano, ajudar o Senado nessa discussão, agregando o compromisso de muitos prefeitos e governadores de enviar os seus *royalties* para a educação, para que o Senado tome essa decisão e aprove, no contexto do PNE, que os *royalties* de todas as instâncias vão para a educação brasileira, fazendo, sem dúvida alguma, uma grande diferença e marcando um grande gol para a história do Brasil.

Para concluir, agradeço, mais uma vez, este espaço e quero dizer que a juventude brasileira segue e seguirá mobilizada, durante o ano de 2013, em prol dessa perspectiva de que, até março de 2013, até o início do próximo ano, o PNE seja aprovado no Senado, para seguir uma tramitação também célere na Câmara, e, ainda no primeiro semestre de 2013, a gente ter o PNE aprovado pelo Parlamento brasileiro. O movimento estudantil saberá reconhecer essa eficiência,



esse compromisso do Senado, do Senador José Pimentel e dos relatores e dos Senadores envolvidos nessa tramitação.

A juventude brasileira vive essa grande expectativa. A juventude dos anos 10 do nosso País pode honrar a história daqueles que foram jovens antes de nós, daqueles que são jovens há mais tempo, muitos deles Senadores, muitos deles que, quando o Parlamento foi fechado, eram jovens estudantes e fizeram uma luta democrática no Brasil e hoje são maioria dentro desta Casa, são maioria no Senado brasileiro, e podem fazer justiça histórica, podem fazer com que esta juventude aprenda a observar e a participar da política brasileira nesta condição, vindo para este Senado, contribuindo para a democratização desta Casa, e podem sair confiantes de que a política é um instrumento para mudar o Brasil, para transformar o Brasil, e que a educação é esse caminho.

Então, sem dúvida alguma, a gente espera que o Senado também tenha muitos artilheiros, que o Senador José Pimentel possa fazer esse gol, junto com os estudantes.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Sr. Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

O SR. DANIEL CARA – Boa tarde a todos e a todas.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer ao Senador José Pimentel pela oportunidade de estar aqui presente e debater, nesta primeira audiência pública, com as entidades sociais e com os especialistas da educação o tema do Plano Nacional de Educação.

Queria também cumprimentar o Senador Inácio Arruda e os demais Senadores presentes, e em especial os estudantes, que são, sem dúvida nenhuma, um dos setores mais mobilizados da sociedade em relação ao Plano Nacional de Educação.

Para fazer a minha apresentação, tanto a Célia como o Prof. Arnaldo e o próprio Daniel já trouxeram bastantes argumentos importantes sobre a tramitação do Plano na Câmara. A fala da Célia foi sobre a tramitação do plano e os desafios que ela trouxe, como gestora municipal, representando a Undime. O Prof. Arnaldo trouxe um pouco da preocupação de que os 10% do PIB sejam bem gastos e sejam adequadamente gastos. E a gente compartilha dessa preocupação. E o Daniel trouxe a preocupação importante de a educação e o Plano Nacional de Educação serem tratados como grandes promotores do desenvolvimento social e econômico do Brasil. A minha fala, que vai trazer uma série de gráficos e dados, percorre um pouco esses três aspectos.

Em primeiro lugar, é importante registrar aquilo que o Daniel trouxe de que as mudanças socioeconômicas brasileiras apontam para um cenário de tendência positiva. O nosso problema no Brasil é lentidão. Na década de 60, nós tínhamos um padrão de crescimento da renda e da desigualdade bastante



preocupante, fortemente marcado pelo milagre econômico do regime militar. Então, a renda do brasileiro crescia, mas a desigualdade também crescia. Nesse momento, na década de 70, o Brasil passa a ser o país mais desigual do mundo, ou um dos três países mais desiguais do mundo. Na década de 80, a gente observa um padrão ainda mais preocupante, porque é um padrão de estagnação da renda e da desigualdade. Então, o Brasil não conseguia aumentar a renda dos brasileiros nem conseguia reduzir a desigualdade.

A partir do Plano Real e especialmente nos últimos anos, graças à vigência de programas, como o Bolsa Família, o Brasil vive uma realidade de crescimento da renda e redução da desigualdade. Então, a gente começa a ter uma tendência positiva agora. Contudo, na minha opinião, o Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do Governo Federal, ligado à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, traz uma reflexão que é importante a gente sempre ter clara e que tem um rebatimento imediato na educação. A tendência brasileira é uma tendência boa, mas o nível dos países desenvolvidos a gente só vai alcançar, permanecendo essa tendência e o nosso ritmo, em 2060, o que significa que a sociedade brasileira só vai ter qualidade de vida de forma disseminada e massificada em 2060, o que obriga a sociedade brasileira a querer adiantar esse processo. Então, é impossível que nós esperemos até 2060 para alcançar esses indicadores dos países mais desenvolvidos.

Eu queria trazer para vocês aqui que o problema não é só esperar até 2060. A gente tem um desafio anterior, que é o desafio de 2040. O que representa esse desafio? Vou passar um pouco rápido aqui, mas a nossa pirâmide demográfica está tendo um padrão de mudança muito acelerado. Então, o Brasil em 1950 era um país eminentemente de maioria composta de crianças e jovens, o que significa, Senador Pimentel e Deputada Rachel, que é militante dessa área no Ceará, que, se nós tivéssemos garantido educação infantil para a população em 1950, a gente já teria uma outra sociedade em 2000. Infelizmente o Brasil não fez essa lição de casa e o resultado é que essa mudança do padrão, e vocês podem observar que a partir dos anos 90 ele muda radicalmente... Essa é a situação em que nós estamos agora. A gente vai alcançar em 2040 um país majoritariamente de adultos e idosos.

Hoje, no jornal *O Globo*, inclusive na campanha, eu dou uma entrevista mostrando que esse cenário que foi retratado ontem na síntese dos indicadores sociais do IBGE, que foram divulgados ontem, demonstra que o Brasil vai ter uma dificuldade enorme a partir de 2040, em termos previdenciários, em termos de cobertura da política de saúde e em termos de cobertura de política de educação. A gente vai ter até menos estudantes nas nossas escolas públicas, mas centralmente são os estudantes que hoje estão nas escolas públicas que precisam ter uma educação de qualidade para fazer com que o Brasil tenha sustentabilidade produtiva.



Então, quando a gente fala de 10% do PIB, na prática a gente está falando dos estudantes que estão aqui presentes no plenário, na perspectiva de eles darem conta das necessidades produtivas do Brasil. A responsabilidade de vocês é bastante grande. É importante que vocês tenham... Ciência vocês têm, até porque vocês estão se mobilizando, mas é importante que o País tenha ciência de que é preciso garantir educação de qualidade para essa população.

E o PNE, na opinião da Campanha Nacional pelo Direito à Educação – e foi compartilhado esse tema com o Daniel, na fala dele – é o principal mecanismo legal para o desenvolvimento do País que hoje é debatido no Congresso Nacional. Não existe nenhum outro projeto, no Congresso Nacional, mais importante do que o Plano para a garantia do desenvolvimento socioeconômico do País.

E, para mostrar para vocês o que isso significa, peguei uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado que foram defendidas em Harvard que trazem uma série de bancos de dados, e fui até esses bancos de dados, basicamente do Banco Mundial e da CIA, a agência de inteligência dos Estados Unidos, que falam sobre potencial humano e sustentabilidade econômica.

Eu apliquei essas variáveis ao caso brasileiro, fazendo uma comparação entre o Brasil e alguns países do mundo. Só consegui trazer aqui, até por uma questão de facilidade didática, os países que têm o potencial humano positivo, porque o potencial humano fortemente é o quê? É o primeiro ponto ali, do eixo Y, investimento e cobertura das políticas de saúde e educação e, ao mesmo tempo, o número de cidadãos, o índice de cidadãos com mais de 65 anos sobre os cidadãos com idade de trabalhar, em 2040. Em 2040, não é só o Brasil que vai viver uma mudança no seu padrão demográfico, vários países do mundo terão esse desafio, inclusive a China.

O resultado que a gente observa é que Alemanha, Reino Unido e Rússia terão potencial humano positivo porque têm uma massa de jovens ou têm uma educação de qualidade garantida, mas eles terão uma sustentabilidade econômica baixa. Por que a sustentabilidade econômica baixa? Porque a dívida pública deles é muito superior à capacidade de pagamento em relação às riquezas produzidas. É o problema da Europa, isso ainda é o reflexo vivido pela crise europeia.

Ao mesmo tempo, do lado do quadrante totalmente positivo, em que o potencial humano é positivo e a sustentabilidade econômica é positiva, o Brasil fica muito próximo da África do Sul, que é um dos países que integram os Brics, a África do Sul passou a integrar recentemente, mas fica distante da Índia e da China em termos de potencial humano e fica também distante dos Estados Unidos, que acaba sendo o país mais equilibrado em termos de potencial humano com sustentabilidade econômica.

Por que os Estados Unidos é o mais equilibrado? Porque os Estados Unidos têm o maior sistema educacional do mundo, é o país que tem a maior



capacidade de inclusão e tem um volume enorme de imigrantes que estão fora da escola, que, em sendo incluídos nas escolas, acabam gerando uma possibilidade de equilíbrio.

Então, se o Brasil investir 7% do PIB, que é a ideia do gráfico, tanto no PNE II, que é esse PNE que estamos debatendo agora, porque o PNE passado já foi concluído e só teve um terço das suas metas cumpridas, como no PNE III, investindo-se o mesmo padrão, os 7% do PIB, o Brasil vai ter uma situação positiva, porém, uma situação levemente positiva, não tão promissora como se investirmos 10% do PIB. Vocês percebem que a mudança no gráfico é bastante radical, o Brasil se aproximaria, em termos de potencial... Não significa que o Brasil será tão rico ou tão bem arranjado como os Estados Unidos em termos de sustentabilidade econômica e potencial humano, mas, com certeza, terá maior capacidade de garantir o futuro da sua população.

Então, quando a gente fala de Plano Nacional de Educação e quando a gente fala das metas do Plano, e aqui no Senado, observando alguns debates em algumas comissões, está havendo...

(Soa a campainha.)

O SR. DANIEL CARA – ... uma interpretação um pouco preocupante e uma interpretação ainda não totalmente apropriada do Plano. Quando a gente fala do Plano Nacional de Educação e das metas e estratégias aprovadas na Câmara dos Deputados, a gente está falando de uma agenda urgente, de uma agenda de que o Brasil não pode abrir mão, em nenhum aspecto, não pode abrir mão de nenhuma daquelas metas.

Então, é importante que o Plano seja aprovado com um aperfeiçoamento que o Senado pode fazer – o Senado poder fazer esses aperfeiçoamentos. A meta 4, que é de educação especial, está mal redigida. A meta 7, que é de qualidade da educação, se confunde com a avaliação da educação, e você não pode interpretar que avaliar significa garantir qualidade, especialmente porque o Brasil precisa mudar seu sistema de avaliação. O Plano até dá a ideia do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, que é muito bom, só que está pouco trabalhado esse Sistema na meta 7.

E, na meta 19, que é de gestão democrática, temos vários problemas. A meta não reflete uma limitação da Câmara, reflete uma limitação da sociedade brasileira em discutir e colocar no centro da agenda um princípio constitucional, que é o princípio da gestão democrática na educação.

E o que significa, rapidamente, investir o equivalente a 10% do PIB em educação pública. Falamos de educação pública no PNE e não de educação. Por quê? Porque é a educação pública que tem a responsabilidade de lidar com mais de 90% dos alunos da educação básica brasileira, em 10 anos. Quero ressaltar aqui que 10% do PIB não significa educação de qualidade com padrão internacional; significa o Brasil garantir um padrão mínimo de qualidade para a sua população em termos educacionais.



Bom, não vou me deter muito neste gráfico, nesta tabela, que trata da demanda de matrículas. Quero me deter mais nesta outra tabela, que trata do custo adicional do PNE. Por que calculamos 10% do PIB – e o Ipea analisa, em um estudo de dezembro do ano passado, a nossa tabela – ao passo em que o MEC apontou inicialmente 7% do PIB? Qual é a diferença? Basicamente, a diferença é no volume da prioridade em relação à educação básica pública e ao ensino superior. A educação infantil, segundo o MEC, precisa de um custo adicional de R\$9 bilhões. Calculamos R\$23 bilhões. Ensino médio: nenhum centavo a mais. Reconhecendo a realidade do ensino médio, a gente observa que é preciso ter, sim, maior volume de investimento. Calculamos R\$3 bilhões. Educação especial: também nenhum centavo, mas calculamos R\$3 bilhões. Educação em tempo integral: a diferença entre R\$23 bilhões e R\$3 bilhões. Por quê? Porque o MEC transfere a responsabilidade do Plano, na execução da educação integral, para Estados e Municípios. O problema é que o Plano Nacional de Educação não é do Governo Federal, é do conjunto federativo da República brasileira. Educação de jovens e adultos: nenhum centavo, mas calculamos R\$21 bilhões. E por aí vai, em uma diferença também muito grande na educação superior: calculamos R\$45 bilhões, e o MEC aponta R\$15 bilhões. E, quando o MEC aponta R\$15 bilhões, por que se dá essa diferença? Porque a forte expansão de matrículas no ensino superior, nos cálculos do MEC, vai se dar em educação a distância, o que não consideramos que seja um caminho adequado para garantia de uma educação de qualidade.

Bom, a diferença entre o custo total do PNE que calculamos e que o MEC calcula, inicialmente, é de 10% do PIB e 10% do PIB. Hoje, o Ministério da Educação, na atual gestão, e a Presidenta Dilma consideram que 10% do PIB é o volume necessário para garantir uma educação de qualidade e dar um salto em termos educacionais. Isso tem a ver com o mérito nosso de trabalho, articulados com vários movimentos sociais, em especial os estudantes, que ajudaram, participaram, construíram junto conosco essa luta na Câmara dos Deputados, mas tem a ver também com o fato de que a Presidência da República começa a se conscientizar, e isso é inédito na história do nosso País, de que a educação precisa ser uma prioridade orçamentária, coisa que nunca alcançamos nem no período pós-independência, nem no período republicano.

Bom, o que significa padrão mínimo de qualidade? Vou dar alguns dados para vocês. Passo para o próximo gráfico para mostrar para vocês alguns cálculos. A campanha nacional pelo direito à educação criou um indicador que está nas metas estratégicas do Plano, que é o custo/aluno qualidade inicial. Esse indicador já foi incorporado pelo Conselho Nacional de Educação. O custo/aluno qualidade inicial vai calcular uma educação pública de qualidade a partir daquilo que a LDB determina, em seu art. 9º, como princípio fundamental do investimento em educação: garantir insumos na quantidade de variáveis mínimas para garantia de um processo de ensino/aprendizagem adequado.



Pegamos uma pesquisa da Undime, que a Célia representa aqui, que calcula quanto custa, na prática, a educação em cada região brasileira. Peguei aqui a Região Nordeste, que é a Região do Senador Pimentel e da Deputada Raquel. Na creche, a diferença entre o mínimo que deve ser investido, que é R\$6450,70/ano é enorme em relação àquilo que está sendo investido no Nordeste, especialmente no Estado do Ceará, que foi a base dessa pesquisa: R\$1876,89/ano. Em todas as demais etapas da educação básica, essa diferença permanece. Isso significa que a população do Nordeste está muito aquém de ter garantida uma educação de qualidade em termos de investimento.

Outro problema que verificamos é que a distribuição do recurso na educação brasileira é desigual. O ensino fundamental concentra boa parte do recurso como resultado da vigência do Fundef, que teve o mérito de expandir a matrícula no ensino fundamental, mas concentrou demais os recursos nessa etapa, e a educação infantil, que fica com 8% de tudo que é investido em educação. O ensino médio acaba sendo prejudicado.

A educação superior no Brasil, diferentemente do que muitos especialistas em educação têm dito, está seguindo o padrão de investimento mundial, ou seja, 15% de tudo aquilo que é investido em educação. Na verdade, em outros países, gira em torno de 20% a 25%. Então, na prática, o Brasil até investe menos em educação superior do que deveria. É uma pauta para a UNE discutir, debater e problematizar.

Outro problema é que a União retém muitos recursos na Federação brasileira. De tudo aquilo que é arrecadado e está disponível para o investimento, a União fica com 57% contra 25% dos 26 Estados e Distrito Federal e 18% dos 5.565 Municípios. Então, os Municípios, que têm a maior responsabilidade em termos de políticas sociais, são os entes federados, as unidades de governo com a menor capacidade de investimento para dar conta desses direitos sociais.

Aqui está um gráfico, Senador Pimentel, que mostra aquilo que a União pratica em termos de investimento em educação – vê-se que é bem menos do que se investe em Estados e Municípios, embora ela arrecade mais –; aquilo que os Estados investem – aqui se vê que os Estados avançaram de 2000 a 2009 –; e o quanto os Municípios avançaram. A barra verde aqui mostra o nível de esforço, aquilo que seria possível cada ente federado realizar. Então, observa-se que a União poderia fazer muito mais pela educação; os Estados devem fazer um pouco mais pela educação em relação àquilo que estão fazendo; e os Municípios já estão praticamente com a sua capacidade esgotada de investimento em educação. A mesma situação acontece em relação à saúde. A Senadora Ana Amélia, que esteve aqui presente, mas precisou se ausentar, é uma das Senadoras que mais problematizam essa questão.

Bom, para terminar, refiro-me à pergunta central trazida aqui pelo Prof. Arnaldo. Recurso importa? Recurso significa qualidade da educação? Se analisarmos o desempenho do Brasil no Pisa, que é um sistema de avaliação



internacional, e dividirmos o desempenho do Brasil em desempenho geral, redes públicas municipais e estaduais e rede pública federal, vamos perceber que recurso importa.

O desempenho dos alunos brasileiros com 15 anos no Pisa, em termos de desempenho geral, conseguiu garantir uma média de 401 pontos no Pisa, considerando matemática, língua portuguesa e ciências. Isso garantiu ao Brasil a 54ª posição no *ranking* desse exame.

Quando isolamos as redes públicas municipais e estaduais, observamos que o Brasil cai para 59º lugar no Pisa, ficando com 387 pontos. O Brasil só fica à frente daqueles países que excluem as mulheres no sistema de ensino, e quem exclui mulher obrigatoriamente vai mal no sistema de ensino. Essa é uma regra perfeita, uma correlação perfeita. As mulheres, em geral, têm um desempenho superior em relação aos homens. A genética agora está tentando explicar isso, mas é uma questão perfeita, uma correlação perfeita. Isso explica também por que temos agora uma Presidente, e tomara que as mulheres ocupem mais espaço na nossa sociedade, inclusive ganhando os mesmos salários dos homens.

Se isolássemos o desempenho para a rede pública federal, subiríamos para 7º lugar no Pisa, com 528 pontos, o que significa que o Brasil estaria à frente de praticamente todos os países europeus, com exceção da Finlândia e de alguns escandinavos, e também dos países asiáticos.

Qual é a diferença entre a rede pública federal, as redes públicas municipais e estaduais e o desempenho geral do Brasil? Centralmente, a diferença é de custo. Há pouca análise de custo da rede pública federal, mas, na média, ela investe R\$7,2 mil por aluno ao ano, enquanto as redes públicas municipais e estaduais, no ensino médio e no ensino fundamental, têm investido uma média de R\$3 mil por aluno ao ano. Isso significa melhor salário, um número menor de alunos por turma. Ainda que o Prof. Arnaldo tenha observado esse problema, há mais laboratórios de informática, mais laboratórios de ciências. Não está no nível que gostaríamos – não é, Professor? –, mas é muito melhor do que a rede pública no geral.

E, para acabar de vez com aqueles que dizem que o Brasil investe muito em educação, porque investe 5% do PIB... Uma coisa é investir 5% do PIB, considerando o PIB brasileiro e o volume de alunos que o Brasil tem para garantir a educação. Outra coisa é investir 5% do PIB, como o Japão, num país muito menor, com um PIB muito maior e uma população a ser educada muito menor também do que a brasileira.

O que significa isso? Quando analisamos o custo do aluno ao ano, segundo a OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico das Nações Unidas –, um organismo internacional que reúne os países mais desenvolvidos, observa-se que o Brasil investe no ensino pré-primário por ano US\$1,6 mil por aluno ao ano, enquanto a média da OCDE é US\$6,670 por



aluno ao ano. Nessa referência do ensino pré-primário, o Brasil fica em terceiro pior investimento. É o terceiro pior país em termos de investimento entre os 34 países analisados.

Ensino primário: US\$2.405. Esse número inclusive está bem acima daquilo que o Inep tem apresentado como realidade brasileira, contra uma média da OCDE de US\$7.719. O Brasil é o quarto pior colocado entre 35 países analisados.

E, no ensino secundário, é US\$2.235 contra mais de US\$9 mil na média de OCDE. O Brasil é o terceiro pior colocado.

O que significa esse gráfico aqui?

Para a OCDE, o investimento em educação importa em termos de qualidade, tanto que ela faz essa análise. O Brasil, se tiver 10% do PIB, praticamente dobra esses números aqui.

Por que ele praticamente dobra?

Porque aqui não se está considerando, nos 10% do PIB, que uma parte desses recursos também vai para o ensino superior, o que é necessário. Como mostrei para vocês, o Brasil ainda tem o limite em termos de investimento em ensino superior. Então, em resumo, significa que, no Brasil, mesmo investindo-se 10% do PIB, dobrando-se o esforço atual, ainda vamos estar aquém das médias da OCDE, que são médias crescentes. A cada estudo da OCDE, o investimento dos países mais envolvidos em educação sobe, enquanto o investimento em educação no Brasil sobe, mas sobe lentamente. Então, investir 10% do PIB não é uma medida de bonança. É importante que isso fique claro. É uma medida de urgência e de necessidade, para que o Brasil consiga garantir para a geração atual, rumo à corrida contra o tempo para 2040, uma educação com padrão mínimo de qualidade, para que, no próximo plano, no terceiro PNE pós-redemocratização, a gente, de fato, consiga dar um salto de qualidade, conquistando uma aproximação com relação aos países mais desenvolvidos.

Bom, queria agradecer mais uma vez ao Senador José Pimentel, dizer que ele tem uma grande responsabilidade na relatoria do Plano. Dizer que estamos muito felizes com a possibilidade de o Senado incluir no PNE 100% dos *royalties* para educação. Esse é um mecanismo importante para financiar o Plano.

Eu gostaria, Senador Inácio Arruda, que, além dos 100% dos *royalties*, nós tivéssemos a possibilidade de ter o imposto sobre grandes fortunas. Aí, de fato, a gente garantiria os 10% do PIB com toda certeza, até porque é uma medida constitucional que ainda não foi devidamente regulamentada. Eu sei que o senhor é um militante dessa questão e eu queria estimulá-lo a pautar esse tema no Plano.

Mas gostaria de dizer que não basta citar a necessidade dos 100% dos *royalties* na Lei do Plano Nacional de Educação. É preciso que o corpo da Lei do Plano altere a futura Lei dos *Royalties*, que vai ser provavelmente publicada amanhã, dizendo claramente onde essa lei tem de mudar.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

CAE/CE (35ª Reunião Conjunta)

SF - 23

29/11/2012

A Deputada Manuela D'Ávila já trouxe esse debate à Câmara dos Deputados. Então, de repente, os Senadores podem pegar o trabalho que ela fez, para que a gente garanta de fato os 100% dos *royalties* para educação, não só do esforço da União, que a Presidente Dilma está dando exemplo, dizendo que é importante que, através de um decreto regulamentatório, que a União destine 100% dos *royalties* para a educação, como colocou o Daniel. Mas é importante que esse exemplo também estimule governadores e prefeitos, na Lei, a aceitarem essa destinação.

Então, muito obrigado, Senadores. Muito obrigado, Senador Pimentel, pela oportunidade de estar aqui com vocês.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra a Deputada Rachel Marques, que é a nossa Presidenta da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

A SR^a RACHEL MARQUES – Boa tarde, senhoras e senhores.

Quero cumprimentar o nosso Senador Pimentel, que preside esta audiência pública, parabenizá-lo por esta iniciativa de já estar fazendo este debate aqui no Senado e dizer das nossas grandes expectativas em relação à relatoria do Plano aqui no Senado e as nossas expectativas com relação a V. Ex^a. Com certeza, pelo seu compromisso com o País, com as oportunidades para todos os brasileiros e brasileiras, os resultados dessa discussão aqui no Senado serão bastante positivos, e também demandamos celeridade na aprovação do PNE.

Quero cumprimentar também o Senador Inácio Arruda e o Ceará, que está muito bem representado pelos nossos dois Senadores. E cumprimentar também a Mesa; o Daniel, da UNE; o Daniel Cara, da campanha que esteve conosco no Ceará fazendo esse debate, inclusive na instalação do nosso Fórum Estadual de Educação; professor Arnaldo, a Célia.

Eu presido a Comissão de Educação na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, e temos nos envolvido muito no debate do Plano Nacional de Educação, que tomou uma dimensão muito importante para a Nação brasileira. Hoje, a educação está na pauta do País. O Plano cumpriu o papel importante de mobilizar toda a sociedade em torno da educação.

No Ceará, fizemos audiências públicas em todas as regiões do Estado, envolvendo todos os setores da comunidade escolar e da população como um todo. Realmente, os resultados têm sido bastante positivos, inclusive em relação ao que aprovamos na Câmara dos Deputados, metas ousadas, metas importantíssimas, estratégicas, para o desenvolvimento de nosso País.

A implementação do Sistema Nacional de Educação, a destinação dos 10% do PIB foram grandes momentos para o nosso País. Tínhamos esse debate das metas bastante ousadas em relação à universalização, por exemplo, da educação infantil de 4 a 6 anos, de chegar a 50% das crianças de 0 a 3 anos, da educação em tempo integral, da expansão do ensino superior, da expansão do ensino médio. São metas bastante ousadas. Mas nós nos deparávamos com o



próprio financiamento. Com a garantia da destinação dos 10% do PIB, cabe a grande expectativa que está colocada no Senado exatamente para a implementação dessa destinação, a questão das indicações das verbas que vão compor esses 10% do PIB para realmente garantirmos a efetivação de todas essas metas colocadas no Plano.

Certamente, agora temos este foco importante que são as receitas do pré-sal, até porque é uma fonte real de financiamento. Acreditamos que, para atingirmos essa meta, a questão dos *royalties* do pré-sal é fundamental. O Fórum Nacional de Educação fez uma nota pública quando a Câmara rejeitou a destinação dos *royalties* do pré-sal do petróleo para educação pública. Há também uma mobilização social nesse sentido. O que realmente esperamos neste momento é que possam ser destinados para efetivação do direito à educação, à educação pública de qualidade.

A educação é instrumento de emancipação de nosso povo, a educação é instrumento de igualdade social. Que possamos ter as fontes para o adequado financiamento da nossa educação. Compreendemos realmente que podemos, com isso, romper uma história de injustiça social e garantir o desenvolvimento de nosso País a partir do financiamento para educação, da garantia desses recursos que vão contribuir sobremaneira para que possamos implantar essas metas que incluem uma série de aspectos importantes do ponto de vista da oferta, do acesso das nossas crianças e adolescentes jovens à educação, como a valorização dos profissionais da educação, a implantação do piso salarial. São instrumentos fundamentais para alcançarmos a educação de qualidade que possa realmente impactar o desenvolvimento do nosso País, a igualdade de oportunidades, o combate à desigualdade social.

Então, nós estamos, no Ceará, mobilizados nesse sentido e temos, Senador Pimentel, em V. Ex^a, no Senador Inácio, as nossas expectativas mais positivas, para que a gente possa realmente, aqui no Senado, garantir o financiamento para a nossa educação pública no nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Senador Inácio Arruda, do nosso Estado, o Estado do Ceará.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, senhores convidados, Colegas Senadores que nos acompanham neste momento, porque aqui também nós somos multifacetados. Então, eu acabei de sair do plenário há pouco tempo; saí de lá para uma reunião; tive que correr para esta reunião que é muito importante. Eu a considero talvez uma das mais importantes. Disse isso, hoje, de manhã, para o Ministro. Quer dizer, o tema do Plano Nacional de Educação e o financiamento, porque não é só PIB. Eu fiz até uma relação do PIB da Bolívia e do PIB do Canadá. Quer dizer, hoje, a Bolívia destina muito mais do seu PIB para a educação do que o Canadá. No entanto, o Canadá investe muito mais em educação, mas muito, muito mais do que a Bolívia. E hoje a meta



do PIB eu acho que cria para nós um simbolismo forte, primeiro, de que não é muito o que nós estamos pedindo, não é muito, e para alcançar esses 10% nós precisamos localizar as fontes para transformá-lo em realidade, senão nós fazemos aquele plano de metas... Eu me lembro do plano anterior que, quando liquidou a simbologia, que era exatamente 75 do PIB, lá atrás, era 7% do PIB que nós estávamos buscando, quando ele liquidou essa simbologia, ele esmaeceu completamente a necessidade de ir atrás de fontes. Você não precisa alcançar, não tem como materializar, não precisa materializar. Então, não tem a meta.

Então, nós temos, aqui no Brasil, a meta de inflação; nós temos a meta de superávit primário; nós estabelecemos essas regras para o mundo financeiro; a montanha de juros que ainda somos obrigados a pagar. A Presidenta da República vem desenvolvendo um esforço grandioso para enfrentar esse setor. Não é fácil enfrentar a montanha gigantesca do setor financeiro. Eu acho que nós começamos a enfrentar. Eu acho que isso é muito importante. E agora temos que enfrentar a batalha que vai permitir ao Brasil chegar não só a 2040, porque também nós temos essa questão da velocidade. Quer dizer, o atraso nos impõe a velocidade. Nós temos que romper ...

Brincando às vezes, o Governador do Ceará – brincando, não, coisa de verdade mesmo – sempre imagina o seguinte: quando é para investir em saneamento é um problema, porque drenagem, rede de esgoto, essas coisas são pouco visíveis. Você vê, no dia em que se está fazendo a obra, na frente da sua casa, e fica furioso, porque a obra está sendo feita, na frente da sua casa, e às vezes há um comércio ali na frente; você fica furioso por aquela atividade na frente da sua casa logo. Mas ela era absolutamente necessária. Depois ela vai sumir da sua vista. Então, é como se não tivesse um retorno instantâneo do ponto de vista político, eleitoral.

Educação – puxa vida! – para eu formar esse povo desde a pré-escola até você alcançar a universidade, vão 20 anos. Daqui a 20 anos eu não sou mais governador, não sou mais Senador, não sou mais Presidente da República, eu não sou mais dirigente da UNE nem da Ubes, nem da Federação das Indústrias, muito menos da Confederação dos Trabalhadores na Educação.

Então, fica sempre olhando e diz: não, não dá tempo para nós. Então, isso fica sendo jogado para frente. Eu acho que hoje há uma determinação, há mais vontade política. Estive agora, na quarta-feira, num almoço com dirigentes políticos, que a Presidente tem feito. Ela esteve reunida com o nosso Partido e colocamos uma vez mais essa discussão. E ela disse: “Eu estou firme, eu estou decidida e vamos enfrentar. Essa questão da educação é chave para nós. Nós vamos enfrentar esse dilema nacional. Nós vamos resolver esse dilema nacional”. Claro que ela tem o mandato dela. Mas é o que ela está dizendo: “se eu não tomar essa iniciativa, se eu não fizer isso agora, eu não posso ficar imaginando que quem vem adiante é que vai fazer”. Ela disse: “são, eu tenho que tomar essa



iniciativa agora. Estou determinada, e nós vamos colocar os nossos recursos do Fundo Social do Pré-Sal, vamos colocar os recursos dos *royalties*".

Acho que é muito correto que a gente carimbe o Imposto sobre Grandes Fortunas, que ainda não está carimbado. Ele tramitou aqui no Senado, foi para a Câmara, nós batalhamos lá, não conseguimos arrancar. A Conceição Tavares pegou, fez um substitutivo ótimo, estava em ponto de votar, mas nós não conseguimos, ainda, arrancar aquele Imposto sobre Grandes Fortunas, mas eu acho que está correto a gente carimbá-lo. Talvez a forma de arrancá-lo seja carimbá-lo para a educação, como uma fonte que vai fazer a gente se aproximar dos 10% do PIB. Porque eu coloco um pouco assim: é bom, também, 20 metas, ou 10 metas, ou 3 metas, mas nós temos que bancar, amigo. Escola de tempo integral sem salário para professor, não existe. Salário digno para professor. Isso não existe, não vai existir.

Exclusividade do professor na sala de aula, desde a pré-escola. Como é que eu vou colocar um PhD para dar aula no curso de alfabetização? Não quer. Hoje ele não quer. Ele não quer por quê? Porque ele decidiu não querer? Não, ele quer, ele tem o prazer, ele gosta, mas não vai. E não vai porque não tem remuneração adequada para um professor de alfabetização ser PhD, ter um pós do pós. Ele não vai, não vai chegar àquela sala de aula. Por isso nós precisamos alterar.

Isso enseja, também, um debate com a comunidade de professores, que tem levantado conosco, no plano nacional, essa luta dos investimentos na área de educação, de alteração, inclusive, das regras, para que a gente possa garantir exclusividade do professor, que exige uma remuneração muito além do piso atual, que está causando desespero para os prefeitos.

Ainda ontem me encontrei com prefeitos do meu Estado e do Rio Grande do Norte, em conjunto, num abraço do Rio Grande do Norte conosco, principalmente na batalha da seca, que nós estamos vivendo e que nos está atingindo muito fortemente. Mas eles disseram: "nós topamos isso, gente!" Aí eu disse: mas não é para os 25%, não. São adicionais aos 25%. Olha aí um problema, José Pimentel, porque aí a turma olhou assim e disse: "está bem, então, são os 25%." Eu disse: não, amigo; 25% do Município é o piso; nós vamos adicionar *royalties* aos 25%. Vamos adicionar o Fundo Social do Pré-Sal. Porque, senão, o cara está fazendo a matematicazinha, está fazendo a aritmeticazinha dele e diz: "opa, então os meus 25% ganharam aqui um Pré-Sal e o Fundo Social." Eu disse: não, amigo, é adicional ao que você está obrigado. O obrigado é o teu piso, e eu estou dando o teu piso mais isso. Então, como a gente resolver esse problema? Temos aí uma brecha, Pimentel, que a gente tem que examinar como resolver no Plano Nacional de Educação, para a gente determinar que isso é um adicional. Estamos dando um "a mais" para os 25%, para os 18%, para a gente não encontrar, daqui a pouco, uma turma que vai dizer que isso está dentro



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

CAE/CE (35ª Reunião Conjunta)

SF - 27

29/11/2012

dos 18%, está dentro dos 25%, e então, não vai ajudar o nosso problema. Acho que nós temos que estar bem espertos para essa questão.

E tenho a opinião, principalmente, de que nós precisamos fazer um bom debate com os professores. Acho que a estudantada está bem acionada, Ubes, UNE. Acho que o esforço da UNE, o envolvimento da Presidenta, pegaram a bandeira da UNE, botaram em cima da Presidenta, a bandeira da Ubes do outro lado. A Presidenta está empacotada com a UNE e com a Ubes, está certo? Então, aqui eu acho que nós resolvemos, mas acho que nós precisamos discutir com os professores, porque são eles que têm que conduzir essa política de formação do nosso povo. Então eu acho que a gente precisaria fazer esse esforço.

Acho que está bem conduzido pelo Pimentel aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Acho que, na Comissão de Educação, que é a de mérito, nós também vamos tratar para que seja muito bem conduzido e também na Comissão de Constituição e Justiça. São três comissões, mas também, passado dessas três comissões, não há o que discutir no Plenário. Acho que, no Plenário, nós já chegaremos prontos, é só colocar a matéria e votar, com algumas correções que vão ser feitas aqui no Senado. Vai precisar uma rodada na Câmara, já no Plenário da Câmara. Eu espero que a gente não precise ir para uma Comissão Especial na Câmara, que vá direto para o Plenário, para dar velocidade, porque esse Plano é de 2011 e tinha que estar em vigor em 2011, o que é um problema que o Daniel Iliescu levantou aqui, que é o problema da lentidão. O de 2011 só vai se materializar, efetivamente, em 2013. Quer dizer, é o processo nosso. Mas eu acho que vai sair mais aprimorado do que o que nós começamos na Câmara.

(Soa a campainha.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Então, eu queria agradecer a presença de vocês, que estão nos ajudando a transformar o PNE em algo mais palpável, mais realista para o povo brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Eu quero registrar que parte dos nossos convidados não pôde comparecer, mas justificaram as suas ausências.

Adiantar também que o trabalho que foi feito pela Câmara Federal no que diz respeito às metas melhorou bastante o projeto original, e aqui no Senado Federal eu tenho conversado muito com os membros da Comissão de Educação, em particular com o nosso Senador Relator, e teremos ali alguns ajustes de texto, até porque grande parte das 20 metas que se transformaram em 234 submetas. A Câmara Federal utilizou do artifício de não aumentar as metas, aí criou submetas. Saiu de 20 para duzentas e trinta e poucas submetas. E ali tem uma série delas que já estão em plena execução e que nós não precisamos criá-las como metas novas, mas adequar a legislação já vigente para que não tenha falta de continuidade. Por exemplo: você pega o programa Brasil Carinhoso, está em



plena execução, matéria já votada pelo Congresso Nacional no primeiro semestre de 2012, e que a gente não tem muito a acrescentar no aspecto do alcance da cobertura e do tempo.

Se nós vamos para a questão do PAR, que era inicialmente um decreto que nós elevamos ao status de lei no final de 2011, também tem pouco ali a ajustar; se você pega as escolas do campo, também já fizemos um conjunto de modificações; se você vai para as universidades de âmbito de organizações não governamentais, particularmente na região Sul (Santa Catarina, Rio Grande do Sul), nós tivemos agora no primeiro semestre de 2012 também toda uma solução institucional em que resolve o grave problema de qualificação, de formação de professor, uma equalização nas questões de infraestrutura foi dada ali, aportando algo em torno de R\$ 17 bilhões para dar estrutura de qualidade nas universidades de caráter mais comunitária que estava no processo de inviabilização.

Portanto, nós temos um conjunto de ações e de metas que estão no PNE e que estão em plena execução, e o que a gente vai fazer é encurtar os prazos aqui, é um pouco isso. Se nós paramos para analisar os últimos 10 anos e se, por um lado, atrasou um pouco o Plano a grande discussão feita na Câmara, mas por outro lado permitiu a consolidação do censo de 2010, o seu detalhamento em 2011 e basicamente toda a sua divulgação em 2012. E ali nos permite ter um conjunto de dados novos que é fruto desses 10 anos do primeiro PNE, que coincide também com esse censo de 2011, e toda a base de estudo é 2010/2011 nos permite também ter dados mais consistentes. Por exemplo, lá em 2001 nós tínhamos menos de 3 milhões de alunos nas universidades públicas e particulares. Em 2011 nós estamos com 6 milhões 739 mil alunos. Ou seja, um crescimento de mais ou menos 150% só neste ramo.

Com a estruturação dos institutos federais de educação, com a ampliação das universidades, com os campos avançados, nós deveremos chegar em 2020, 2022 a algo em torno de 30% da população brasileira com nível superior ou cursando cursos profissionalizantes ou fazendo universidade. Portanto, é uma meta muito ousada. E com a evolução e a distribuição de renda no Brasil, em que ambos os setores estão partindo para a classe média, particularmente a partir de 2006, já são mais de 40 milhões de pessoas que ascenderam na pirâmide social, da fase primeira, demandou muito pela casa própria, por bens duráveis e basicamente estão chegando a sua satisfação. Agora, está vindo uma nova demanda, que é exatamente o conhecimento e a ascensão no mundo cultural. Esse é um desafio novo que está surgindo e sobre o qual é preciso haver clareza.

Se analisamos a questão da escola infantil, da creche e da pré-escola – e os dados que nós trabalhávamos nos primeiros 10 anos deste século eram dados do censo dos anos 90 –, vemos que, em 2003, cada mulher brasileira tinha, em média, 2,35 crianças. No censo de 2010, esse número reduziu para 1,87 criança por mulher. E os dados que surgem são os de que, em 2025, haverá em torno de 1,5 criança por mulher, e, para repor a população, seria preciso 2,1



crianças por mulher, para manter os números de hoje, de 198 milhões de habitantes.

Portanto, esses dados também precisam estar inseridos na questão da creche e do ensino infantil, porque, hoje, há um excedente. Muitas crianças sem creche serão atendidas, mas, ao final de 10 anos, a demanda não será mais por creche, mas por outro nível, por conta da universalização dos serviços nessa área e também pela diminuição do tamanho da família.

Se nós analisarmos, inicialmente, o esforço em torno do Fundef e do Fundeb para o ensino fundamental, veremos que, hoje, estamos na casa dos 96%, 97%, desse público na sala de aula, caminhando para a idade certa e combatendo a evasão. Vai haver uma demanda muito forte no ensino médio nos próximos 4 ou 5 anos, o que é exatamente o resultado dessa criançada que está saindo do ensino fundamental. Mas, depois, vai diminuir também essa demanda crescente no ensino médio que existe hoje.

Ao fazer um planejamento para um País continental, como é o nosso, que é a sexta potência econômica do Planeta, queremos que ele cresça cada vez mais com distribuição de renda, com diminuição das desigualdades regionais e com diminuição da pobreza. É preciso que tenhamos esse olhar de planejamento, para que não foquemos o passado, que não nos permite fazer a leitura do presente. E temos de planejar muito mais este Brasil para frente.

É com essa forma de fazer que os consultores do Senado Federal estão trabalhando. Faço questão de que todos os consultores que assessoraram este Relator sejam da Casa; não há nenhum consultor de fora. Estou aqui há 18 anos e fiquei 16 anos na Câmara Federal, como Deputado Federal. Estou exercendo o mandato de Senador e, durante esses 18 anos, nunca tive uma assessoria de fora. Prefiro trabalhar com as pessoas da Casa, com as pessoas que, efetivamente, pertencem ao Estado nacional, o que nos dá uma tranquilidade nesse processo.

Olhem que, nesse período, seja nos 8 anos de oposição, seja nos 10 anos do nosso projeto, quanto às principais matérias que tramitaram nesta Casa, ou eu fui membro das Comissões, ou fui Relator. E são matérias muito difíceis na fase primeira que construímos dentro das nossas divergências. Com conscientização e com planejamento progressivo, buscamos atender a essas demandas.

Hoje, eu diria que o maior desafio nosso é a fonte de financiamento. Não adianta pensar que fixar meta é importante, porque, para atingir a meta, é preciso haver os meios. Acompanhei de perto o debate sobre a Emenda nº 29. O movimento social se preocupou com a vinculação, não se preocupou com as fontes. Caiu a CPMF, e a Emenda nº 29 terminou não se implantando. Não queremos que aconteça com o PNE o que aconteceu com a Emenda nº 29. Não se iludam! Vincular o pré-sal, os *royalties* do petróleo, vai dar muito trabalho.



Sou daqueles que ouço muito e que falo menos, até porque ser relator é ouvir e colocar no papel os consensos progressivos que se vão construindo. Esse é o papel do relator, não é o de falar. E faço muito mais isso, para que eu possa ouvir um pouco mais. E sou franco. Se a votação fosse hoje, nós perderíamos no Senado, como perdemos na Câmara há poucos dias. Por isso, é preciso que essa mobilização que as entidades estão fazendo seja crescente. E é preciso que haja um calendário de condução no Senado Federal, para não ficar um período nem tão curto, em que não se permitam os consensos, mas também nem tão longos que inviabilizem o planejamento.

Esse é outro debate que precisamos acordar entre os movimentos, as lideranças da Situação e da Oposição, porque esse projeto não é para um governo, é para o Estado nacional, é com esse olhar que estamos trabalhando.

Ao mesmo tempo, nessa agenda, devemos ter clareza de que o PNE precisa estar inserido no Orçamento da União e criar o ambiente para que, no próximo Plano Plurianual, seja a principal peça de incorporação. Em 2007, fui indicado Relator Geral do Orçamento da União, com três metas básicas. Uma, incorporar no Orçamento da União todo o PAC, que coincidia, em 2008, também com o PPA 2008/2011. O segundo grande objetivo foi criar as condições para que o Fundef fosse transformado em Fundeb e também a aprovação da Emenda nº 29 criando os dois pisos, o piso de professores e o piso da saúde. No que diz respeito ao Fundeb e ao fim da DRU, conseguimos cumprir, e o piso foi instituído. Cinco governadores foram ao Supremo Tribunal Federal dizer que não era competência do Congresso Nacional legislar sobre aquela matéria. Foi feita defesa no Poder Judiciário mostrando que, ao mesmo tempo em que se criou o piso, também foi viabilizada a fonte de financiamento dentro de critérios. O Supremo nos deu ganho de causa e agora parte daqueles Estados estão questionando o reajuste do piso, que é outra demanda que tivemos por parte do Relator, o seu indeferimento liminar, mas que vai a voto sob a ótica dessa diferenciação.

E são esses atores políticos que vão agir aqui dentro do Senado, como agiram na Câmara, e perdemos, com uma margem pequena, é verdade, mas perdemos. Aqui, um voto faz uma diferença tremenda. Por isso, vamos trabalhar os 81 Senadores e Senadoras porque talvez aquele que não visitemos seja exatamente o que dará a diferença de que precisamos.

Tivemos, em 2007, naquele processo, a grande definição de criar o Programa Brasil Profissionalizado, porque até então só tinham do primeiro governo Lula, o Programa Brasil Universitário e o Brasil Alfabetizado. Para o segundo governo, foi criado o Programa Brasil Profissionalizado, que viabilizou a transformação dos institutos federais de educação, o aporte de recursos e a sua vinculação ao MEC. Novamente, fui Relator dessa matéria. Se você pega todo o Programa Brasil Carinhoso, a medida provisória que o instituiu, fui também o Relator aqui no Senado Federal. Se você analisa o PAC, a sua elevação para o status de lei, fui também o Relator no Senado Federal. É um conjunto de



**SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES**

CAE/CE (35ª Reunião Conjunta)

SF - 31

29/11/2012

informações de trabalho que se faz, e o nosso papel é pegar toda demanda do movimento social, transformar em legislação, que é nossa função, e a partir daí, com os movimentos sociais, criar o ambiente para ser aprovado. Mas tendo clareza que, se não tiver mobilização social aqui nesta Casa, não tem mudanças, porque a sua composição de hoje é o reflexo da sociedade de ontem, quando havia uma educação elitista que, muitas vezes, não permitia oportunidade para todos.

Por isso, é com esse olhar que quero encerrar esta audiência pública, dizendo que as exposições, para nós, são muito importantes, são um fortalecimento muito grande, mas vamos precisar de vocês ainda mais no primeiro semestre, no primeiro trimestre de 2013, quando espero que estejamos concluindo a votação no Senado Federal, para ir à Câmara. Precisamos ter um esforço grande para que a votação e a sanção aconteçam antes da elaboração do Orçamento da União de 2014, que se dá até o final de agosto de 2013. Isso não quer dizer que o PNE entrará em vigor somente em 2014, mas as metas que aqui estão só se tornam realidade quando também estiverem incorporadas ao Orçamento da União e, por sua vez, ao Orçamento dos 26 Estados, do Distrito Federal e dos 5.565 Municípios, que vigorará a partir de janeiro de 2014.

É com essa forma, é com essa agenda, é com esse calendário que este Relator, o nosso Partido – o Partido dos Trabalhadores –, a Base Aliada e a Presidenta Dilma estão trabalhando.

Muito obrigado.

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião conjunta, bem como a da ata da reunião conjunta anterior, ocorrida hoje, às 9 horas – a 57ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e a 56ª Reunião da Comissão de Educação.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas as duas atas.

Muito obrigado e muito grato pela presença de todos e todas. (Palmas.)

(Iniciada às 14 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 27 minutos.)